

QUESTIONÁRIO DESTINADO À COMISSÁRIA INDIGITADA**Hadja LAHBIB****Preparação para Crises e Gestão de Crises; Igualdade****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? De que modo contribuirá para a aplicação das orientações políticas da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género em todas os domínios políticos que se inserem no âmbito da sua pasta? Como prevê aplicar a integração da perspectiva da juventude?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Passei uma grande parte da minha vida profissional a percorrer o mundo, sobretudo os países em situação de crise ou em guerra (Afeganistão, Médio-Oriente, República Democrática do Congo), fazendo as perguntas certas para me informar e melhor compreender este tipo de situações. Em 2022 tive a oportunidade de poder contribuir para dar resposta e colocar a minha experiência no terreno à disposição da Bélgica enquanto ministra dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Europeus.

O meu mandato foi, no mínimo, intenso, tendo sido marcado pela gestão de diversas crises e guerras, na Ucrânia e no Médio Oriente, para citar apenas dois exemplos, e pela ocorrência de tremendas catástrofes naturais, como foi o caso dos terramotos na Turquia e na Síria.

Enquanto presidente da B-FAST — a estrutura belga de intervenção rápida em caso de crises e catástrofes no estrangeiro — coordenei, em colaboração com os meus colegas do governo, as operações de fornecimento de ajuda de urgência e o envio de peritos para prestar apoio às populações afetadas. Procedi também a uma reforma da B-FAST a fim de reforçar a sua estrutura e de a preparar para futuros desafios.

Estas crises exigiram esforços consideráveis a nível consular, a fim de nos permitir prestar apoio aos cidadãos belgas e europeus, com especial destaque para as pessoas mais vulneráveis.

Quer sejam climáticas, humanitárias ou sanitárias e quer ocorram na Europa ou noutras partes do mundo, estas crises têm invariavelmente tendência para se multiplicar nos anos seguintes.

Se me derem a vossa confiança enquanto comissária, contribuirei para proteger os europeus, preparando-os melhor para antecipar e prevenir as crises ou para a elas reagirem de uma forma mais eficaz, projetando simultaneamente os nossos valores no resto do mundo e prestando apoio às populações necessitadas, no respeito dos princípios do direito internacional e do direito internacional humanitário.

Ao prepararmos a União para fazer face às catástrofes, tanto naturais como antrópicas, estaremos a reforçar os valores e princípios que estão na base da nossa União. Estaremos também a contribuir para a construção de um mundo mais solidário e mais justo e de uma União que proteja os seus cidadãos e proporcione, a todos, os mesmos direitos e as mesmas possibilidades.

Toda a vida lutei contra os preconceitos, devido ao facto de, por vezes, deles ter sido vítima. Sei a que ponto as discriminações podem, por vezes, ser inconscientes ou insidiosas. Abordar todas as discriminações de acordo com uma abordagem transversal que envolva todos os setores constitui, a meu ver, a melhor forma de lutar contra as desigualdades.

Ninguém está mais convencido de que eu de que uma sociedade livre de todo o tipo de discriminações constitui a única base possível para que todos possamos, independentemente da nossa origem e estatuto, emancipar-nos, viver livremente e desenvolver todo o nosso potencial. Durante cada uma das minhas missões pelo mundo, fiz questão em colaborar com as organizações da sociedade civil a fim de promover a igualdade e o direito de cada um e cada uma de nós a ser quem é.

Enquanto ministra dos Negócios Estrangeiros, orgulho-me de ter apoiado as mulheres afegãs na sua luta pela liberdade e de ter contribuído para pôr em evidência os direitos das pessoas LGBTIQ nos países em que as marchas do orgulho ainda são proibidas.

Este empenhamento manter-se-á ao longo de todo o meu mandato enquanto comissária da Igualdade. Juntamente com todos os meus colegas do colégio, chefiarei os esforços de integração da igualdade e das questões de género nas políticas, na legislação e nos programas de financiamento da UE. Dando eu própria o exemplo, garantirei a igualdade e a integração da perspectiva de género no domínio da gestão de crises e preparação para situações de crise, a fim de reforçar a eficácia e a inclusividade das respostas a essas crises.

Por último, durante a Presidência belga do Conselho da União Europeia, fiz questão em trabalhar em bons termos com os representantes de todos os níveis de poder, tendo em mente que o conjunto das nossas sensibilidades constitui um dos pontos fortes da nossa União. A Bélgica assumiu plenamente o papel de «honest broker», o que nos permitiu encerrar cerca de setenta processos legislativos em colaboração com todas as partes envolvidas, designadamente o Parlamento Europeu.

Estou convencida de que o meu percurso e as minhas competências me permitirão contribuir para o interesse geral da Europa e para que, juntos, possamos construir uma Europa capaz de dar resposta às crises de forma rápida e eficaz, de derrubar as barreiras e de combater as desigualdades de que são ainda alvo os nossos concidadãos.

Ao longo da minha carreira, atribui especial importância ao diálogo com os jovens, uma vez que as políticas que hoje definimos e as decisões que hoje tomamos terão consequências para o seu futuro. Tenciono, pois, dar prioridade aos diálogos com os cidadãos, com as partes interessadas e, sobretudo, com os jovens, participando ativamente nos diálogos anuais sobre a política de juventude, que decorrerão durante os primeiros 100 dias do meu mandato e que aguardo com grande expectativa.

Confirmo o meu compromisso de respeitar plenamente o artigo 17.º, n.º 3, do TUE e os artigos 245.º e 339.º do TFUE. Comprometo-me a informar a presidente da Comissão de qualquer situação que possa implicar um conflito de interesses no exercício das minhas funções oficiais e a não aceitar quaisquer orientações e instruções de qualquer parte externa.

A minha declaração de interesses prevista no Código de Conduta dos Comissários está completa e acessível ao público e será atualizada se for caso disso. Comprometo-me igualmente a cumprir as obrigações em matéria de transparência, tal como previstas no Código de Conduta, limitando os meus encontros às organizações ou aos trabalhadores independentes que estejam inscritos no Registo de Transparência.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

Podem comprometer-se a informar devidamente o Parlamento sobre as suas ações e as dos seus serviços? Em que medida se considera responsável perante o Parlamento?

Que compromissos específicos está disposto a assumir quanto à sua colaboração com o Parlamento e à sua presença na instituição, tanto em comissão como em sessão plenária, à transparência, à cooperação e ao seguimento eficaz das posições e dos pedidos de iniciativas legislativas do Parlamento? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento informações e documentos em tempo útil em pé de igualdade com o Conselho?

Se a minha indigitação para as pastas da Preparação para Crises e Gestão de Crises e da Igualdade for confirmada, assumirei plena responsabilidade política pela missão que me foi confiada na minha carta de missão e em conformidade com as orientações políticas da presidente eleita. Este conjunto de pastas reflete os meus valores pessoais, pelo que estou empenhada em assumir estas responsabilidades com dedicação, o que passa por uma colaboração plena e transparente com V. Ex.^{as}/o Parlamento.

Considero que o Parlamento Europeu é um parceiro essencial e vejo o meu papel como fazendo parte de um diálogo permanente e transparente com V. Ex.^{as}, senhoras e senhores deputados. Se a minha indignação for confirmada, as minhas prioridades consistirão em manter o Parlamento regularmente informado sobre as minhas atividades legislativas, participar em debates e responder a perguntas de seguimento sobre as políticas da minha competência. Considero que o controlo parlamentar é essencial para garantir a responsabilização e a legitimidade e estou plenamente empenhada em defender este princípio.

Em conformidade com as orientações políticas da presidente eleita, participarei ativamente nas sessões plenárias e nas reuniões das comissões e travarei também contactos mais informais. Assegurarei um fluxo coerente de informações para os presidentes das comissões parlamentares competentes, promovendo uma boa relação de colaboração a fim de assegurar um controlo e um contributo eficazes. As comissões parlamentares serão estreitamente associadas a todos os principais desenvolvimentos nas minhas áreas de competência. Trabalharei também em estreita colaboração com o Parlamento Europeu a fim de assegurar o seguimento atempado das resoluções parlamentares ao abrigo do artigo 225.º do TFUE.

A Comissão cessante já promoveu muitas iniciativas legislativas e não legislativas e, se a minha indignação for confirmada, gostaria de me concentrar na execução dessas iniciativas. Estou convencida de que o Parlamento pode contribuir de forma muito concreta para garantir que os cidadãos e as empresas usufruam, na prática, dos benefícios decorrentes das políticas e da legislação da UE.

No que respeita à preparação para crises e gestão de crises, se a minha indignação for confirmada, fará parte das minhas funções o reforço da capacidade da UE para responder de forma eficaz e atempada às crises. Tenciono ter uma abordagem que abranja todos os riscos e que envolva a sociedade como um todo, colaborando com as comissões competentes e os deputados a título individual para alcançar o objetivo de uma verdadeira União da Preparação.

Atribuo igualmente grande importância à tomada de decisões coletivas no seio do colégio de comissários e acredito verdadeiramente que podemos amplificar a presença e a influência da UE na cena mundial, não só no que respeita à preparação, resposta e gestão das crises mas também no que toca à promoção da igualdade e dos princípios humanitários em todo o mundo, com especial destaque para as sociedades frágeis.

A cooperação interinstitucional é essencial para garantir o bom funcionamento do sistema da UE, bem como a eficiência e legitimidade dos seus processos de tomada de decisões. A minha abordagem assentará nos princípios da abertura, da confiança mútua e do intercâmbio regular de informações, que servirão também de base para o meu trabalho com outras instituições da UE, de modo a assegurar uma parceria eficaz ao serviço dos cidadãos europeus.

Reconheço a importância crucial da transparência no âmbito do processo legislativo da UE e aderirei plenamente às rigorosas normas da Comissão em matéria de reuniões com representantes de interesses. Publicaremos regularmente informações sobre essas reuniões e garantiremos que tanto o Parlamento como os cidadãos europeus sejam devidamente informados sobre as mesmas.

Perguntas da Comissão do Desenvolvimento

3. Défice de financiamento humanitário

Que medidas específicas tenciona tomar para reduzir o crescente défice de financiamento humanitário, designadamente através dos orçamentos anuais e plurianuais da UE e da coordenação estratégica com os Estados-Membros, para aplicar as conclusões do Conselho sobre a resolução do défice de financiamento humanitário, em particular no que respeita à proposta de modelos de financiamento inovadores para a assistência humanitária e à garantia de existir uma «responsabilidade mais equitativa entre os doadores», incluindo doadores emergentes e potenciais, bem como parceiros que partilham das mesmas ideias? Em concreto, como tenciona «desenvolver uma abordagem mais estratégica das cadeias de abastecimento humanitário» e o que significa exatamente «incentivar abordagens conjuntas e economias de custos»? Tendo em conta os princípios humanitários, que medidas tenciona tomar para garantir que o orçamento humanitário da UE seja protegido de reafetações para fins políticos ou económicos e que será criado um quadro para acompanhar a eficácia das dotações de financiamento humanitário e a responsabilização pela consecução dos resultados pretendidos? O que tenciona fazer para aumentar a percentagem de assistência humanitária dirigida o mais diretamente possível aos intervenientes locais?

O número de pessoas necessitadas continua a aumentar. Para enfrentar este problema, são necessários esforços coletivos a diferentes níveis, tal como indicado na comunicação de 2021 «sobre a ação humanitária da UE: novos desafios, os mesmos princípios», que propõe uma série de medidas para colmatar o défice de financiamento humanitário, incluindo o alargamento da base de recursos, o apoio a um ambiente mais propício aos parceiros humanitários, a abordagem das causas profundas das crises, a redução das necessidades humanitárias e a promoção de uma prestação eficaz e eficiente de ajuda humanitária através de uma abordagem «Equipa Europa».

Se a minha indigitação for confirmada, serei uma defensora incansável da causa humanitária da UE e estou certa de que poderei contar com o apoio contínuo do Parlamento Europeu e do Conselho ao longo de todo o mandato. Um dos principais doadores deve dar o exemplo e não deixar ninguém para trás. Podem ter a certeza de que, sempre que a situação humanitária o exija, procurarei utilizar todos os recursos disponíveis ao máximo das suas capacidades. Reforçarei os instrumentos de resposta humanitária de emergência da UE, a fim de garantir que dispomos do tipo de meios, conhecimentos e competências adequados para nos ajustarmos às novas realidades,

Também incentivarei os Estados-Membros a respeitarem a meta voluntária de consagrar 0,07 % do rendimento nacional bruto (ou seja, 10 % da ajuda pública ao desenvolvimento) à ajuda humanitária. Entre os Estados-Membros da UE, o nível das contribuições varia consideravelmente, enfraquecendo de facto o impacto humanitário da Europa, bem como a argumentação europeia a favor de um aumento das contribuições de países terceiros. Estou empenhado em acompanhar os progressos dos Estados-Membros a este respeito e terei debates regulares de cariz político para assegurar a coordenação estratégica a nível da UE e mundial (por exemplo, no Fórum Humanitário Europeu).

Nesta questão central, cooperarei com V. Ex.^{as} enquanto ramo parlamentar da autoridade orçamental. Contarei com os esforços conjuntos de sensibilização para convencer os governos e os parlamentos nacionais a disponibilizarem financiamento humanitário, sempre que necessário.

Temos de tentar criar uma base mais ampla de doadores internacionais. Estou convencida de que podemos consegui-la se lançarmos uma ação de sensibilização sustentada e comum, em especial junto do G20 e de outros parceiros internacionais de sensibilização.

Para além de promover a doação a partir de fontes públicas, trabalharei no sentido de envolver o setor privado de forma mais eficaz. A ambição é não só explorar formas de complementar o financiamento humanitário, mas também reforçar a reputação do setor empresarial da UE enquanto defensor da responsabilidade social das empresas.

Além do financiamento humanitário, é igualmente importante procurar reduzir as necessidades humanitárias (por exemplo, promovendo um melhor respeito pelo direito internacional humanitário, intensificando a preparação para catástrofes e as medidas de antecipação e reforçando a resiliência dos países frágeis) e aumentar a eficiência e a eficácia da ajuda que prestamos.

Neste sentido, e em consonância com a minha carta de missão, desenvolverei, nomeadamente, uma abordagem mais estratégica da cadeia de abastecimento humanitário. Por exemplo, incentivarei os parceiros humanitários a adquirirem bens de emergência em conjunto, a promoverem a preparação e a otimização das reservas, a partilharem soluções de transporte e conhecimentos especializados e a utilizarem ferramentas digitais comuns. A contratação pública conjunta reduzirá os preços elevados que resultam da concorrência por recursos limitados. A partilha de informações sobre as reservas garantirá que os bens adequados se encontram no local certo para uma crise específica. A partilha de soluções de transporte reduzirá os custos de transporte e os atrasos na entrega dos bens. Uma resposta mais ecológica poderá passar pela utilização de bens reciclados e sistemas adequados de gestão de resíduos. Estes são alguns exemplos de como uma abordagem estratégica da cadeia de abastecimento humanitária e da logística pode realizar economias de custos, visar melhor os beneficiários e assegurar uma gestão orçamental eficiente.

Além disso, com base no trabalho realizado até à data, continuarei a reforçar os instrumentos de resposta humanitária de emergência da UE para colmatar lacunas operacionais e facilitar a rápida prestação de ajuda às pessoas necessitadas.

Mais importante ainda, se a minha indigitação for confirmada, velarei por que o financiamento humanitário da UE continue a ser atribuído em conformidade com os princípios humanitários e em função das necessidades, seguindo uma metodologia sólida baseada em dados concretos. Um orçamento da UE moderno e reforçado deve ser mais orientado para onde a ação da UE é mais necessária e ser utilizado de forma flexível. Sob a minha liderança, a

assistência às pessoas necessitadas será a única bússola da ajuda humanitária da UE. O acompanhamento e a avaliação continuarão a ser cruciais para garantir a responsabilização, bem como a eficiência e a eficácia das intervenções humanitárias da UE.

Reconhecer o valor de um financiamento de qualidade para garantir uma ação humanitária eficiente e eficaz e de um orçamento da UE mais direcionado e reforçado, ajudar-nos-á a dar resposta às necessidades humanitárias e a assegurar a continuidade operacional em crises prolongadas.

Por último, em conformidade com os compromissos assumidos pela UE no âmbito do Grande Pacto, continuarei a apoiar a agenda de localização. Em estreita cooperação com os nossos parceiros de execução (incluindo as Nações Unidas, as organizações internacionais e as ONG) e em consonância com o quadro jurídico em vigor, continuarei a trabalhar no sentido de aumentar a percentagem do financiamento humanitário da UE canalizado o mais diretamente possível para as organizações locais, por exemplo, apoiando os fundos comuns por país. Apoiarei também sistematicamente o reforço das capacidades dos parceiros locais e promoverei a inclusão e participação desses parceiros ao longo de todo o ciclo humanitário, desde a preparação para catástrofes e as medidas de antecipação, passando pela avaliação das necessidades, a definição de prioridades e a conceção da fase de resposta à partilha de conhecimentos e à participação em mecanismos de coordenação, tal como refletido nas recentes orientações da Comissão sobre parcerias equitativas com os intervenientes locais em contextos humanitários.

4. Relação entre assistência humanitária, desenvolvimento e paz

Como tenciona trabalhar para reforçar a coordenação, a cooperação e a coerência entre as ações de desenvolvimento, de carácter humanitário e de consolidação da paz da UE, incluindo entre todos os intervenientes da UE, e para dialogar com as comunidades locais, as organizações da sociedade civil e outras partes interessadas no desenvolvimento de estratégias que abordem a relação existente entre assistência humanitária, desenvolvimento e paz? No âmbito de uma «abordagem integrada à escala da Comissão em relação à fragilidade», desenvolverá, juntamente com o comissário das Parcerias Internacionais e todos os serviços competentes da Comissão, orientações políticas e mecanismos concretos para assegurar que os esforços de desenvolvimento ajudem a combater as causas profundas da fragilidade e a reforçar a resiliência das comunidades, a fim de alcançar resultados sustentáveis que não possam ser alcançados apenas através da ação humanitária, e como tenciona medir a eficácia desses esforços? A este respeito, compromete-se a impulsionar os investimentos em ações antecipatórias e a trabalhar com o comissário responsável pelas Parcerias Internacionais para desenvolver uma política conjunta da UE em matéria de resiliência às alterações climáticas, com especial destaque para os contextos frágeis e afetados por conflitos?

Tendo em conta a amplitude da pasta que lhe foi atribuída e o número crescente de crises humanitárias, como tenciona assegurar que seja prestada uma atenção suficiente à dimensão externa da assistência humanitária e da diplomacia humanitária e, em especial, às crises esquecidas? Que medidas tenciona tomar para promover o cumprimento e o respeito do direito internacional humanitário?

Os desafios, especialmente em crises prolongadas, são demasiado grandes para que os intervenientes humanitários possam agir sozinhos. Salvar vidas é crucial, mas a UE deve também contribuir para a resolução de conflitos, o alívio de tensões políticas, a reconstrução da coesão social, a redução dos riscos ambientais e o reforço da resiliência e da segurança.

Nas crises complexas da atualidade, as ações de prevenção, auxílio e recuperação não seguem uma sequência linear clara, mas são frequentemente necessárias em paralelo. Tal exige o empenho de todos para responder às necessidades humanitárias, de forma coerente e colaborativa, gerar financiamento suficiente e abordar a vulnerabilidade, mas também combater as causas profundas da fragilidade e dos conflitos e preparar o caminho para a estabilidade e soluções duradouras.

É igualmente essencial centrar a atenção no reforço da resiliência e na prevenção de conflitos. Isso traz enormes benefícios para as populações ao limitar o impacto de uma crise, ao facilitar os esforços de consolidação da paz e a transição pós-crise para o desenvolvimento. Para tal, é fundamental que existam abordagens conjuntas para avaliar a vulnerabilidade e as necessidades.

Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em prol de uma abordagem integrada da fragilidade a nível da Comissão, nomeadamente no quadro de uma análise conjunta e de uma estratégia de resposta. Trabalhando em estreita colaboração com a alta representante e vice-presidente e o comissário responsável pelas Parcerias

Internacionais, entre outros, podemos assegurar uma resposta rápida às crises humanitárias, contribuir para a gestão eficaz das parcerias internacionais e combater as causas profundas da fragilidade e dos conflitos, a fim de reduzir as necessidades humanitárias. Esta estratégia assegurará a coerência entre a elaboração de políticas globais, a participação regional e as respostas específicas por país. Defenderei uma resposta rápida e eficaz da UE às crises, mobilizando todos os instrumentos disponíveis e alinhando as políticas tanto para as necessidades imediatas e a curto prazo como para as ações a longo prazo e assegurando a coordenação com os Estados-Membros da UE. É evidente que temos de prestar contas pelas nossas ações e acompanhar os progressos realizados. Por isso, o quadro de fragilidade deve incluir também um mecanismo de acompanhamento, a fim de avaliar regularmente o nosso compromisso e propor ajustamentos, conforme necessário. Para o efeito, tenciono colaborar ativamente com colegas de outros serviços e instituições da UE (SEAE, Conselho e Parlamento Europeu).

Procurarei impulsionar os investimentos na preparação para catástrofes e nas medidas de antecipação e trabalharei com os serviços competentes da Comissão na aplicação do plano de adaptação às alterações climáticas, a fim de reforçar a resiliência climática, com especial destaque para os contextos frágeis e afetados por conflitos. Tal implicará encontrar formas de cooperar melhor para aumentar o nosso investimento coletivo na preparação para catástrofes e nas medidas de antecipação de forma coerente e coordenada e tornar os nossos investimentos resilientes às alterações climáticas, centrando-se simultaneamente nos mais vulneráveis.

Continuarei também a apoiar os esforços das Nações Unidas no sentido de implementar a abordagem de interligação entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz a nível do sistema, a fim de ter um impacto para além do financiamento da UE.

Posso garantir-vos que a amplitude da pasta que me propuseram é um grande motivo de orgulho e uma oportunidade para me concentrar na criação de sinergias entre as diferentes vertentes de trabalho, todas elas impulsionadas pelo espírito e pelo valor da solidariedade. A assistência humanitária continuará a ser uma prioridade fundamental para mim ao longo de todo o meu mandato, quanto mais não seja porque a terrível situação humanitária mundial o exige.

Do ponto de vista da comissária responsável pela assistência humanitária, não existe uma «crise esquecida». Neste sentido, procurarei dedicar um mínimo de 15 % do orçamento inicial da ajuda humanitária a crises que não se encontram no centro das atenções internacionais. Negligenciar as necessidades imediatas nestas crises agravaria o sofrimento e comprometeria a dignidade humana. Ao manter e defender este compromisso, espero que o exemplo da UE seja seguido por mais doadores.

O direito internacional humanitário continua a ser mais pertinente do que nunca e uma proteção essencial para os civis afetados por conflitos armados. Infelizmente, nos últimos anos, as violações do direito internacional humanitário tornaram-se a regra e não a exceção, com consequências críticas para os civis e as infraestruturas civis, impediram a ajuda humanitária de chegar às pessoas necessitadas e fizeram aumentar o número de vítimas entre os trabalhadores humanitários. É por esta razão que creio que temos de redobrar e unir os nossos esforços para promover o respeito pelo direito internacional humanitário. É igualmente essencial para salvaguardar uma ordem internacional assente em regras e ajudar a fazer face às crescentes necessidades humanitárias.

Trabalharei no sentido de dar cada vez mais prioridade política ao direito internacional humanitário, para que possamos tirar pleno partido do poder da UE e reforçar a diplomacia humanitária da UE e a abordagem «Equipa Europa». A este respeito, juntamente com a alta representante e vice-presidente, tenciono elaborar um plano para tornar as nossas intervenções mais eficazes, centradas no direito internacional humanitário, na proteção dos civis em conflitos e no acesso humanitário. A UE e os seus Estados-Membros devem falar a uma voz mais forte. Podem ter a certeza de que irei opor-me energicamente às violações do direito internacional humanitário onde quer que ocorram, mas também apoiar medidas que promovam a sua prevenção. Estou empenhada em promover o direito internacional humanitário, em conjunto com os Estados-Membros da UE, através de missões diplomáticas e de eventos de alto nível em fóruns multilaterais e no Fórum Humanitário Europeu. Estou igualmente empenhada em continuar a trabalhar em estreita colaboração com o Comité Internacional da Cruz Vermelha na prevenção e promoção do respeito pelo direito internacional humanitário. Durante o meu mandato, apoiarei medidas que reforcem o acompanhamento do direito internacional humanitário e promovam ações de sensibilização baseadas em dados concretos.

A participação na diplomacia humanitária não é um conceito novo para a UE. Estamos já muito ativos na promoção de causas e nos esforços diplomáticos para assegurar o acesso humanitário a zonas de conflito e prevenir violações do direito internacional humanitário, como a imposição da fome como tática de guerra ou a proteção dos trabalhadores humanitários e os profissionais de saúde contra ataques. No entanto, os novos desafios exigem

abordagens mais fortes e mais concertadas. Gostaria que houvesse uma abordagem mais sistemática e coordenada por parte de todos os intervenientes relevantes da UE. Com esse propósito, aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar em conjunto com os Estados-Membros e o Parlamento Europeu para assegurar uma abordagem vigorosa «Equipa Europa» sobre uma questão tão essencial para a vida de tantas pessoas.

5. Insegurança alimentar e subnutrição

Como irá reforçar os mecanismos de resposta de emergência da UE para combater a fome e a subnutrição, bem como o impacto das alterações climáticas? Mais especificamente, tendo em conta o impacto devastador da guerra da Rússia na Ucrânia nas exportações de cereais ucranianos, como pretende continuar a assegurar essas exportações para os países em desenvolvimento, a fim de evitar o agravamento da insegurança alimentar mundial? Para além das respostas imediatas de emergência, que soluções a longo prazo propõe para combater as causas subjacentes da insegurança alimentar e da subnutrição no âmbito de políticas de desenvolvimento mais amplas e em estreita cooperação com os nossos parceiros internacionais? Em especial, como tenciona trabalhar com o SEAE e os Estados-Membros para intensificar os esforços da UE para prevenir as alterações climáticas e a fome causada por conflitos e reforçar a responsabilização em situações em que a fome é utilizada como arma de guerra?

A UE é um dos principais doadores de ajuda humanitária, sendo a assistência alimentar e nutricional o principal tipo de necessidades às quais a ajuda humanitária da UE dá resposta. Só nos últimos dois anos, a UE afetou mais de 1,7 mil milhões de euros à assistência alimentar e nutricional humanitária, centrando-se nos países mais necessitados, em especial na África Subsariana.

Mas as necessidades continuam a aumentar: a insegurança alimentar aumentou drasticamente nos últimos anos e situa-se em níveis recorde, impulsionada por conflitos e insegurança, pelo impacto agravante das alterações climáticas e da recessão económica, pelo impacto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, num contexto de pobreza e desigualdade crescentes. Por conseguinte, é provável que a manutenção de níveis adequados de assistência alimentar e nutricional continue a ser fundamental nos próximos anos, pelo que estou empenhada em garantir que a UE cumprirá este objetivo. No entanto, o financiamento por si só não é suficiente. Estou convencida de que temos de prestar apoio alimentar e nutricional de forma mais eficiente, melhorando o direcionamento e aumentando a utilização da assistência em dinheiro — uma vez que é mais digna, mais barata e contribui para a resiliência das economias locais. Devemos também alavancar as ferramentas digitais e promover medidas de antecipação.

É evidente que a ajuda humanitária não pode, por si só, resolver o problema da fome. Temos de adotar uma abordagem transformadora que integre as ações de paz, prevenção e desenvolvimento, juntamente com os esforços de emergência em grande escala para quebrar o ciclo da insegurança alimentar e da subnutrição. Intensificarei os esforços para reforçar a cooperação e a coordenação entre os intervenientes humanitários, de desenvolvimento e de consolidação da paz, bem como com a alta representante e vice-presidente e o comissário responsável pelas Parcerias Internacionais, a fim de abordar as causas profundas e as consequências das crises alimentares. A assistência alimentar deve ser combinada com investimentos a mais longo prazo na produção agrícola e alimentar sustentável, em sistemas de alerta precoce para atenuar o efeito do clima na produção alimentar, bem como com esforços diplomáticos intensos para resolver conflitos, um dos principais motores da insegurança alimentar.

Neste contexto, a nível da UE e tal como referido na minha carta de missão, trabalharei com outros membros do colégio numa abordagem global da fragilidade [ver também a resposta à pergunta n.º 4], a fim de assegurar um investimento adequado na criação de sistemas alimentares resilientes às alterações climáticas, e continuarei a defender esta linha de forma mais ampla, nomeadamente em relação aos Estados-Membros, a fim de assegurar que tal continue a ser uma prioridade em toda a assistência alimentar da UE. Comprometo-me igualmente a intensificar a operacionalização da estratégia de resposta da Equipa Europa de 2022 à insegurança alimentar mundial, trabalhando no sentido de alcançar resultados comuns para os intervenientes humanitários e de desenvolvimento, tanto dos serviços da UE como dos Estados-Membros.

Fora da UE, garantirei o nosso empenho contínuo nas plataformas e iniciativas mundiais de segurança alimentar, como a Rede Mundial contra as Crises Alimentares, em prol do cumprimento do direito internacional humanitário e da plena aplicação da Resolução 2417 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que condena a imposição da fome como tática de guerra. Continuarei a sensibilizar o público e a defender a responsabilização em situações em que a fome é utilizada como tática de guerra e o respeito pelo direito internacional humanitário. Este esforço

de sensibilização incluirá também a colaboração com a alta representante e vice-presidente e os Estados-Membros para garantir que tudo será feito para que esta questão seja cumprida, e fará igualmente parte da minha abordagem da diplomacia humanitária [ver também a resposta à pergunta n.º 4].

Precisamos de acesso humanitário e temos de garantir que a segurança alimentar continue a ser uma prioridade. A invasão da Ucrânia pela Rússia agravou significativamente a crise mundial de segurança alimentar, provocando um aumento dos preços e perturbando os mercados. Desde 2022, os corredores solidários da UE e o corredor ucraniano de 2023 do mar Negro têm sido vitais para manter as exportações alimentares ucranianas em movimento e estabilizar os preços mundiais. A UE tem de manter-se empenhada nestes esforços. Ao mesmo tempo, temos de garantir que os alimentos, independentemente da sua proveniência, chegam aos que deles mais necessitam. Para o efeito, continuarei a promover uma assistência alimentar eficiente, utilizando as melhores abordagens para cada situação.

Para fazer face a estes desafios e assegurar que a assistência alimentar e nutricional humanitária da UE satisfaz as necessidades, tenciono atualizar as orientações da política humanitária da UE em matéria de assistência alimentar nos primeiros meses do meu mandato.

Perguntas da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

6. Como tenciona assegurar recursos suficientes no âmbito do atual e do próximo QFP para melhorar a gestão e a preparação no que respeita a situações de crise? Como irá assegurar um acesso equitativo aos recursos financeiros necessários para as regiões e comunidades confrontadas com catástrofes naturais frequentes, como incêndios florestais e secas? Que medidas concretas tenciona propor para reforçar a preparação para situações de crise, especificamente com base no Mecanismo de Proteção Civil da União (MPCU), no Centro de Coordenação de Resposta de Emergência (CCRE) e no RescEU? Qual é o calendário concreto para estas medidas, incluindo a revisão do MPCU? Prevê a criação de reservas de recursos mais permanentes para responder a diferentes tipos de catástrofes, como a frota permanente de salvamento dos incêndios florestais? Pode explicar a natureza do Mecanismo Europeu de Defesa Civil e a sua interação com o MPCU? Como incentivará a cooperação entre os Estados-Membros a fim de melhorar a preparação para os riscos e as emergências sanitárias e de segurança?

Com o aumento dos fenómenos meteorológicos extremos e a natureza evolutiva das ameaças à segurança na UE, é fundamental que a UE desenvolva uma abordagem mais abrangente e integrada da gestão dos riscos e das crises.

Se a minha indigitação for confirmada, orientarei a elaboração e execução de uma ambiciosa Estratégia da UE para a União da Preparação, em estreita colaboração com os meus colegas comissários, com base, nomeadamente, no relatório especial sobre a preparação civil e de defesa do antigo presidente finlandês Niinistö. Tenciono apresentar a estratégia no início do próximo mandato.

A Estratégia da UE para a União da Preparação pode seguir uma definição ampla de «preparação», incluindo também os conceitos de reforço da resiliência e de gestão do risco de catástrofes, proporcionando assim uma abordagem estratégica e transetorial global da gestão de catástrofes e crises nos próximos anos. Esta estratégia poderá ter os seguintes objetivos: 1) uma abordagem de todos os riscos: uma transição de um modo reativo para um modo de gestão de crises mais proativo a nível da UE; 2) uma abordagem de governação integrada: uma abordagem mais abrangente e integrada da gestão europeia das crises em todos os setores e níveis de governação; 3) uma abordagem que envolva a sociedade como um todo: um desenvolvimento mais amplo de uma cultura de preparação e resiliência na Europa.

O Mecanismo de Proteção Civil da União, o seu Centro de Coordenação de Resposta de Emergência e as suas capacidades RescEU representarão elementos importantes desta Estratégia abrangente da UE para a União da Preparação, uma vez que são instrumentos bem estabelecidos, fiáveis e altamente funcionais ao serviço dos Estados-Membros para prevenir, preparar e responder a catástrofes e emergências.

É por esta razão que, no âmbito da Estratégia da UE para a União da Preparação, tenciono analisar a eventual necessidade de propor uma revisão do Mecanismo de Proteção Civil da União e das suas componentes: o Centro de Coordenação de Resposta de Emergência e a RescEU.

O Centro de Coordenação de Resposta de Emergência revelou-se particularmente bem-sucedido na coordenação da prestação de assistência em resposta simultaneamente a crises longas, complexas e transetoriais (por exemplo a COVID-19, a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e os conflitos no Médio Oriente) e a crises induzidas pelas alterações climáticas (incêndios florestais, inundações ou tempestades). Se a minha indigitação for confirmada, continuarei a trabalhar no sentido de consolidar o papel do Centro de Coordenação de Resposta de Emergência como plataforma de coordenação de crises da UE e de reforçar as suas capacidades de antecipação, preparação e resposta a crises. Esta questão será prioritária em termos de calendário.

A RescEU, a primeira reserva estratégica europeia de capacidades de proteção civil, é uma componente fundamental do Mecanismo de Proteção Civil da União e demonstra a solidariedade da UE na prática. É fundamental manter esta reserva estratégica e reforçá-la, sempre que necessário. Ao mesmo tempo, devemos manter um sistema sólido de assistência mútua entre os Estados-Membros, que inclua agora a «Reserva Europeia de Proteção Civil» voluntária, o apoio especializado entre pares e outros instrumentos de reforço das capacidades.

A minha prioridade é a manutenção e o reabastecimento das capacidades RescEU existentes. Além disso, tendo em conta o rápido aumento dos riscos climáticos e de segurança, trabalharei em estreita colaboração com os Estados-Membros para expandir ainda mais as capacidades RescEU, por exemplo nos domínios do combate a incêndios florestais, do equipamento energético, das contramedidas médicas, bem como das capacidades de evacuação médica e de abrigos. Teremos igualmente de analisar a criação de novas capacidades para ameaças emergentes a nível da UE. Esta medida poderá melhorar a preparação da UE para enfrentar um leque mais vasto de cenários de catástrofe, incluindo falhas de infraestruturas, situações de conflito e ameaças híbridas. Analisarei esta questão de forma mais concreta no âmbito dos trabalhos sobre a Estratégia da UE para a União da Preparação.

Além disso, a criação de um Mecanismo Europeu de Defesa Civil será uma dimensão fundamental da Estratégia da UE para a União da Preparação. Considero que esta iniciativa constitui uma oportunidade para colmatar uma importante lacuna existente no que diz respeito ao empenho dos cidadãos e da comunidade no reforço da sua própria resiliência, bem como à participação ativa em termos de cooperação civil-militar. Os cidadãos, as organizações não governamentais e o setor privado são parceiros fundamentais para reforçar a resiliência da nossa sociedade. O debate sobre um conceito moderno de defesa civil já se iniciou em vários Estados-Membros. Quero tirar partido destas reflexões, juntamente com os Estados-Membros e o Parlamento Europeu, para continuar a desenvolver a resiliência social em toda a União.

A fim de tirar partido das estruturas existentes, que se revelaram bem-sucedidas, bem como de evitar uma maior fragmentação do sistema de gestão de crises, a criação de um Mecanismo de Defesa Civil estará estreitamente ligada às estruturas existentes e complementá-las-á, como o Mecanismo de Proteção Civil da União e o Centro de Coordenação de Resposta de Emergência.

Especificamente em matéria de segurança sanitária, trabalharei sob a orientação da vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação e em estreita colaboração com o comissário responsável pela Saúde, Bem-Estar Animal, a fim de reforçar a capacidade de preparação e resposta no domínio da saúde na UE, nomeadamente através de uma nova estratégia para apoiar a disponibilidade de contramedidas médicas contra as ameaças para a saúde pública e de uma estratégia mais ampla da UE para a constituição de reservas. Continuaremos também a facilitar a cooperação entre os Estados-Membros e a apoiá-los para assegurar um elevado nível de preparação a nível nacional. O plano da União para fazer face a crises sanitárias e pandemias («plano de prevenção, preparação e resposta da União») deverá ser adotado nos primeiros meses da nova Comissão e assegurará a cooperação entre os Estados-Membros em matéria de prevenção, preparação e, sobretudo, durante a resposta a ameaças transfronteiriças graves para a saúde. Será debatido com os Estados-Membros todos os anos e atualizado regularmente para ter em conta um panorama de ameaças em constante mutação.

A cooperação entre os Estados-Membros em matéria de ameaças transfronteiriças graves para a saúde tem lugar através do Comité de Segurança da Saúde, que é e continuará a ser um elemento central do nosso quadro de preparação e resposta no domínio da saúde. Apoiarei os esforços no sentido de reforçar os instrumentos de preparação para situações de crise e de os testar regularmente. Estes instrumentos incluem o sistema de alerta rápido e de resposta da UE, que assegura, 24 horas por dia/7 dias por semana, um aviso sobre a emergência ou o desenvolvimento de ameaças transfronteiriças graves para a saúde, os laboratórios de referência da UE para a saúde pública, que podem prestar apoio à deteção rápida de ameaças biológicas, e o Grupo de Trabalho da UE para a Saúde.

Temos pela frente o projeto do futuro quadro financeiro plurianual e dos seus instrumentos. O que pretendo assegurar é que continuaremos a desenvolver uma abordagem mais sólida da gestão de crises e da preparação civil europeias, passando de uma reação para uma prontidão proativa.

7. A sua carta de missão define uma série de ambições para aumentar a capacidade de gestão de crises. No que diz especificamente respeito à preparação no domínio da saúde, como prevê superar os desafios de financiamento tendo em conta recentes cortes orçamentais noutros programas, como o Programa EU4Health e o Horizonte Europa, e os desafios colocados por prioridades políticas concorrentes, que já afetaram ações e projetos a realizar pela DG HERA? Nesta perspetiva, como tenciona reforçar a preparação no domínio da saúde e como prevê o financiamento futuro de tais ações? Prevê uma capacidade alargada da HERA? Em caso afirmativo, de que forma? Pode explicar melhor o desenvolvimento da estratégia mais ampla da UE em matéria de constituição de reservas? Como tenciona assegurar que as estratégias previstas de preparação e constituição de reservas alcancem o equilíbrio entre dispor de reservas suficientes e não criar situações de escassez nos Estados-Membros e noutros países, incluindo o Sul Global?

Na sequência da pandemia de COVID-19, a UE apoiou os Estados-Membros nos seus esforços para reforçar a preparação em matéria de segurança sanitária e a resiliência dos sistemas de saúde. A resposta a este desafio implicou uma coordenação e um apoio financeiro sem precedentes.

A nível da UE, o maior e mais ambicioso programa financeiro da UE dedicado exclusivamente à saúde, EU4Health, foi estabelecido como pedra angular da dinâmica renovada da política de segurança e preparação no domínio da saúde e da União Europeia da Saúde. Uma parte significativa do orçamento deste programa foi dedicada à proteção das pessoas contra ameaças transfronteiriças graves para a saúde e à promoção da preparação para a saúde, nomeadamente para melhorar os sistemas nacionais de vigilância (cerca de 85 milhões de EUR) e combater a resistência antimicrobiana (50 milhões de EUR). O investimento em ações de preparação no domínio da saúde e na resiliência global dos sistemas de saúde deve ser visto como um investimento e não como um custo, tanto a nível nacional como europeu. Além disso, o financiamento do programa EU4Health foi mobilizado para responder rapidamente a outras questões emergentes, incluindo os desafios globais em matéria de saúde, como o surto de varíola M em África, e para melhorar os cuidados de saúde dos refugiados ucranianos e das pessoas deslocadas.

No que diz respeito ao financiamento, ao mesmo tempo que funcionarei dentro dos parâmetros do atual quadro financeiro plurianual, irei tirar o máximo partido de cada euro disponível.

No que diz respeito à preparação e resposta a situações de crise, a responsabilidade da HERA consiste em reforçar a preparação e a resposta no domínio da saúde na UE, nomeadamente contribuindo para assegurar a disponibilidade de contramedidas médicas quando necessário. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei com todos os outros membros do colégio envolvidos nesta matéria para elaborar uma estratégia ambiciosa para apoiar o acesso e a disponibilidade de contramedidas médicas desde a deteção precoce de ameaças ao desenvolvimento de novas contramedidas médicas, à sua produção em grande escala e à sua rápida implantação em toda a Europa e fora dela.

Considero que esta nova Estratégia de Contramedidas Médicas constitui uma oportunidade para oferecer uma abordagem integrada, desde a avaliação das ameaças ao apoio à investigação, ao aumento da produção em tempos de crise e à constituição de reservas. No âmbito do trabalho de preparação para as ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares e com base numa estratégia de constituição de reservas mais ampla, haverá um aproveitamento de instrumentos como a contratação conjunta. Além disso, utilizarei também os conhecimentos especializados da HERA para a elaboração da futura Estratégia da UE para a União da Preparação, em plena complementaridade com as pastas de outros comissários. Por último, mas não menos importante, o trabalho preparatório da HERA para a elaboração de um ato legislativo relativo aos medicamentos críticos, a fim de prevenir a escassez dos mesmos, será também muito importante para evitar crises sanitárias resultantes dessa escassez crítica. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com o comissário responsável pela Saúde, Bem-Estar Animal para combater a discriminação no domínio da saúde.

Um dos principais ensinamentos retirados da pandemia de COVID-19 é a importância de disponibilizar rapidamente material médico essencial em tempos de crise. Ninguém estará em segurança enquanto não estivermos todos em segurança. Esta foi a razão para criar a primeira reserva de equipamento médico crítico à escala da UE através da reserva RescEU em 2020. Desde então, seguiram-se muitas outras reservas RescEU. É fundamental que a UE e os Estados-Membros continuem a investir na garantia de contramedidas médicas adequadas nas quantidades

adequadas. No entanto, é necessário racionalizar o nosso financiamento para prioridades estratégicas bem direcionadas.

Se a minha indigitação for confirmada, tenciono trabalhar em estreita colaboração com outros comissários para desenvolver uma vasta estratégia de constituição de reservas da UE. Esta estratégia reforçará ainda mais a nossa capacidade de constituição de reservas a nível da UE e apoiará a constituição de reservas a nível nacional, intensificando o planeamento, a conceção e a implementação de reservas, a fim de permitir uma rápida implantação de contramedidas médicas em caso de emergências de saúde pública. Promoverei uma coordenação cuidadosa e estreita com os Estados-Membros, a fim de evitar soluções descoordenadas em matéria de inventários estratégicos, o que criaria desequilíbrios e aumentaria o risco de escassez nos Estados-Membros e em países terceiros. Estou empenhada em reforçar o nosso mecanismo de gestão e resposta a crises, a fim de prosseguir a transição da reação para uma prontidão proativa.

A fim de reforçar a segurança sanitária da UE, devemos também reforçar os laços com os nossos parceiros mundiais para consolidar a segurança sanitária mundial, utilizando a abordagem «Equipa Europa» da UE, testada durante a COVID-19 e, mais recentemente, durante a crise da varíola M. Por conseguinte, continuarei a contribuir, em colaboração com os meus colegas comissários, para reforçar a arquitetura mundial de preparação e resposta a emergências sanitárias, também moldada no contexto da OMS através do Regulamento Sanitário Internacional e do Acordo sobre Pandemias previsto.

8. Que ações específicas tenciona pôr em prática para garantir que as medidas de prevenção de catástrofes sejam integradas noutros domínios de intervenção da UE? Dada a frequência de fenómenos meteorológicos extremos devido às alterações climáticas, que possibilidades de sinergias vê entre o MPCU e o futuro plano de adaptação às alterações climáticas? Que medidas concretas tenciona tomar para trabalhar com os Estados-Membros que enfrentam secas graves? Como tenciona assegurar que a preparação e a adaptação aos riscos climáticos também sejam adequadamente integradas nas políticas da UE relacionadas com a agricultura e a alimentação?

A importância da prevenção de catástrofes está a aumentar com os efeitos e custos cada vez mais tangíveis das alterações climáticas. Se a minha indigitação for confirmada, empenhar-me-ei na próxima Comissão para adotar uma abordagem verdadeiramente abrangente a este respeito, que, em última análise, está também no centro da futura união da preparação.

Apoiarei objetivos políticos comuns para a prevenção de catástrofes, especialmente em setores-chave. As iniciativas cruciais a este respeito são o Plano Europeu de Adaptação às Alterações Climáticas, a Iniciativa sobre a Resiliência Hídrica e a Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar.

A adaptação às alterações climáticas implica a aplicação proativa de medidas que limitem o potencial destrutivo do aumento dos perigos climáticos. Por conseguinte, darei todo o meu apoio para que cada investimento se caracterize deliberadamente por uma resiliência estrutural a futuras catástrofes relacionadas com o clima. Além disso, promoverei uma prevenção «inteligente», que também traga benefícios económicos e sociais para as sociedades e os cidadãos europeus. Isto inclui, mas não se limita a, políticas da UE para a agricultura e o setor alimentar. Procurarei, evidentemente, assegurar que os mecanismos de solidariedade no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia também dão resposta às ameaças climáticas.

Todos assistimos às recentes inundações dramáticas na Europa Central, aos incêndios e ao aumento das secas no Sul da Europa, que demonstraram novamente o papel crucial do ciclo da água na gestão do risco de catástrofes e a necessidade urgente de reforçar a prevenção para fazer face aos riscos relacionados com a água. Estarei pronto a apoiar a elaboração da Estratégia Europeia de Resiliência Hídrica, que exige uma abordagem de preparação. Trabalharei igualmente com os meus colegas comissários para promover a adaptação às alterações climáticas e contribuirei para a elaboração do Plano de Adaptação às Alterações Climáticas. Tenciono igualmente promover que a sustentabilidade do nosso setor agrícola e alimentar inclua aspetos da resiliência a catástrofes.

9. Preparação

Uma das prioridades da sua pasta será a preparação e a gestão de crises. Tal surge no contexto de ameaças emergentes e ataques híbridos, tanto com uma dimensão interna como externa, que põem em risco não só o funcionamento das nossas infraestruturas críticas e dos nossos serviços públicos básicos, mas também a segurança e o bem-estar dos nossos cidadãos, bem como a nossa estabilidade e prosperidade económicas. A este respeito, será responsável pela supervisão do desenvolvimento e da execução de uma estratégia da UE para a União da Preparação, com vista a uma eventual e futura legislação da UE em matéria de preparação. Que medidas tenciona tomar para desenvolver esta estratégia? Respeitando as competências nacionais, como tenciona assegurar que os diferentes níveis da administração, o sector privado e a sociedade civil participarão plenamente nesta estratégia? E como tenciona reforçar a cultura de preparação da UE no nosso debate público?

Se a minha indigitação for confirmada, orientarei a elaboração e execução de uma ambiciosa Estratégia da UE para a União da Preparação, em estreita colaboração com os meus colegas comissários, a alta representante e vice-presidente e os Estados-Membros. Apoiar-me-ei, nomeadamente, no relatório especial sobre a preparação civil e de defesa do antigo presidente finlandês Niinistö.

Tendo em conta a nova realidade da Europa em matéria de gestão de crises, com ameaças novas e crescentes à segurança interna e externa e um impacto crescente das alterações climáticas, uma Estratégia da UE para a União da Preparação representa um instrumento fundamental para desenvolver uma visão comum em torno da preparação eficiente das sociedades, dos cidadãos e das infraestruturas críticas europeias, uma vez que esta é uma condição fundamental para salvaguardar a nossa estabilidade e prosperidade económicas.

A Estratégia da UE para a União da Preparação reconhecerá a importância do mercado único, que contribui significativamente para o PIB da UE e afeta quase 450 milhões de cidadãos. As crises recentes demonstraram até que ponto o mercado único pode ser vulnerável quando ocorrem perturbações e em que medida a economia europeia depende do bom funcionamento desse mercado. O Regulamento Emergência e Resiliência do Mercado Interno, formalmente assinado em outubro de 2024, servirá de base para o bom funcionamento do mercado único durante a crise e salvaguardará a livre circulação de bens, serviços e pessoas. O regulamento organizará exercícios conjuntos com os Estados-Membros para simulações de crises em grande escala, assegurando a preparação para cenários suscetíveis de perturbar o mercado único. O Conselho de Emergência e Resiliência do Mercado Interno, responsável pela governação e supervisão estratégica, facilitará a cooperação entre os Estados-Membros, a Comissão e o Parlamento Europeu. Além disso, as partes interessadas do setor, incluindo as PME, podem estar presentes para garantir que as empresas possam contribuir e beneficiar das medidas de preparação.

A Estratégia da UE para a União da Preparação seguirá uma definição ampla de «preparação», incluindo também os conceitos de reforço da resiliência e de gestão do risco de catástrofes, proporcionando assim uma abordagem estratégica global da gestão de catástrofes e crises nos próximos anos. Esta estratégia poderá centrar-se numa abordagem integrada e de todos os riscos, numa abordagem de governação integrada e numa abordagem que envolva a sociedade como um todo.

1. Uma abordagem integrada e de todos os riscos: *uma transição para um modo de gestão de crises mais proativo a nível da UE* — uma vez que as catástrofes e as crises são cada vez mais complexas, ocorrem simultaneamente e se agravam mutuamente e se generalizam em cascata em diferentes setores e níveis de administração. Para compreender e antecipar melhor essas catástrofes e crises no futuro, assegurarei o reforço das capacidades nos domínios da prospetiva estratégica, da antecipação, da análise de riscos, do alerta precoce, da deteção e da análise. Além disso, trabalharei com os meus colegas do colégio para continuar a integrar a gestão e a prevenção dos riscos e a adaptação às alterações climáticas em setores fundamentais da sociedade e da economia europeias. Os Estados-Membros e os órgãos de poder local e regional devem utilizar melhor os fundos regionais e de coesão existentes para aumentar o seu nível de preparação.
2. Uma abordagem de governação integrada: *uma abordagem mais abrangente e integrada da gestão de crises na Europa* — uma vez que, em caso de catástrofe ou crise complexa, diferentes elementos estatais, do nível regional ao nível nacional e da UE, devem trabalhar em conjunto sem descontinuidades para a proteção dos cidadãos. Avaliarei igualmente se é necessária legislação em matéria de preparação da UE que possa apoiar o estabelecimento de normas e orientações conjuntas e alinhar os esforços da UE e nacionais da forma mais eficiente possível.
3. Uma abordagem que envolva a sociedade como um todo: *um estabelecimento mais amplo de uma cultura de preparação e resiliência na Europa* — uma vez que a garantia da preparação coletiva só é possível com a

participação ativa de todas as partes interessadas pertinentes, incluindo o setor privado, a indústria e as empresas, mas também a comunidade científica e, acima de tudo, as comunidades locais e os cidadãos.

Uma abordagem global da preparação para a UE é do nosso interesse comum nestes tempos de «policrise». Não pouparei esforços para trabalhar em estreita colaboração com os Estados-Membros para os apoiar no reforço das suas políticas e operações nacionais de gestão de crises e para obter o seu apoio para o trabalho necessário a nível da UE.

10. Legislação relativa à luta contra a discriminação e demais legislação em matéria de igualdade

Como tenciona colmatar as lacunas da legislação da UE em vigor em matéria de luta contra a discriminação e assegurar a aplicação efetiva da legislação da UE contra o racismo e a luta contra a discriminação, bem como o reforço dos direitos das pessoas pertencentes a minorias? Quais são os seus planos para ultrapassar o bloqueio político no Conselho sobre a diretiva horizontal de luta contra a discriminação e quais são as suas intenções no que diz respeito à proposta existente, tendo em conta a posição do PE? Como tenciona desbloquear a proposta de alargamento da lista de crimes da UE ao discurso de ódio e aos crimes de ódio, e que medidas adicionais tenciona tomar para combater estas infrações? Como irá acompanhar a aplicação da Diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, tendo em conta a Convenção de Istambul? Tenciona rever o âmbito de aplicação da diretiva de modo a incluir uma definição de violação baseada no consentimento? Apoiará o alargamento da atual lista de «crimes reconhecidos pela UE», tal como previsto no artigo 83.º do TFUE, de modo a incluir explicitamente a «violência baseada no género» e que outras medidas tenciona tomar para combater essa violência, incluindo a ciberviolência de género? Qual é a sua estratégia contra o ciberassédio e, em relação às ameaças em linha, como tenciona abordar a proteção das crianças e de outros grupos vulneráveis em linha, em especial no que respeita a padrões obscuros, conceções enganosas e geradoras de dependência e conteúdos gerados por IA?

Como colaborará com os outros comissários neste domínio, em especial com o comissário dos Assuntos Internos e o comissário da Democracia, Justiça e Estado de Direito?

Nos últimos anos, registaram-se progressos importantes no reforço do quadro jurídico global da UE em matéria de igualdade e de luta contra a discriminação. A adoção da Diretiva Igualdade de Tratamento colmataria, no entanto, uma importante lacuna ainda existente na legislação antidiscriminação da UE, protegendo todas as pessoas nas nossas sociedades, para além do domínio do emprego já abrangido pela legislação da UE, contra a discriminação em razão da religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. Estou firmemente empenhada em assegurar que as negociações sobre esta proposta global continuem a ser uma prioridade para o próximo mandato, contando com o apoio contínuo do Parlamento Europeu. No Conselho, os recentes progressos realizados durante a Presidência belga criaram uma forte dinâmica para avançar. Cooperarei estreitamente com as Presidências do Conselho e envidarei todos os meus esforços para apoiar os trabalhos no Conselho tendo em vista alcançar a unanimidade necessária.

A aplicação e o cumprimento efetivos das regras em matéria de igualdade continuam a ser um desafio. As orientações políticas deixam claro que a aplicação deve ser uma prioridade fundamental e, em especial, no domínio da igualdade, o que importa é o impacto das nossas regras para os indivíduos. Assim, se a minha indigitação for confirmada, utilizarei os diálogos sobre a aplicação com as partes interessadas estabelecidos nas orientações políticas para debater os progressos e identificar desafios concretos em matéria de aplicação no terreno. Aguardo com expectativa a oportunidade de debater os resultados no Parlamento Europeu para que possamos trabalhar em conjunto em soluções. Apoiarei igualmente os Estados-Membros na aplicação da nova legislação, por meio de seminários e orientações que possam ajudar as autoridades nacionais e as partes interessadas, como os parceiros sociais, a aplicar as regras no terreno. Existem muitos exemplos de boas práticas, pelo que é necessário promovê-las. Acompanharei de perto a aplicação das duas novas diretivas relativas ao reforço dos organismos de promoção da igualdade que prestam assistência às vítimas de discriminação.

Com o próximo relatório sobre as Diretivas Igualdade Racial e Igualdade no Emprego, previsto para 2026, proporei que se concentre especificamente nas sanções em casos de discriminação. Acompanharei a proposta com os Estados-Membros a fim de assegurar a sua correta aplicação. Por último, utilizarei todos os poderes conferidos à Comissão para assegurar a correta aplicação do acervo, bem como dos acórdãos pertinentes do Tribunal de Justiça. Por exemplo, no que diz respeito à igualdade das pessoas LGBTIQ, darei pleno apoio ao comissário responsável

pela Democracia, Justiça e Estado de Direito, a fim de assegurar a aplicação dos acordos sobre o reconhecimento do casamento e da filiação de casais do mesmo sexo entre Estados-Membros para efeitos de livre circulação.

Do mesmo modo, se a minha indigitação for confirmada, apoiarei o comissário responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito no que diz respeito à inclusão do discurso de ódio e dos crimes de ódio na lista de «crimes da UE» constante do artigo 83.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, a fim de incentivar o Conselho a adotar a necessária decisão do Conselho por unanimidade. Numa perspetiva específica de igualdade, velarei por que as ações de combate ao discurso de ódio e aos crimes de ódio ocupem um lugar de destaque nas estratégias da União da Igualdade pós-2025, relacionadas com a igualdade de género, a luta contra o racismo e a igualdade das pessoas LGBTIQ. Esforçar-me-ei igualmente por combater o discurso de ódio e os crimes de ódio contra os ciganos e as pessoas com deficiência. Além disso, se a minha indigitação for confirmada, trabalharei também em estreita colaboração com o comissário responsável pela Administração Interna e Migração, a fim de assegurar uma coordenação eficaz entre as estratégias da União da Igualdade e o trabalho para combater o antissemitismo e promover a vida judaica, bem como para combater o ódio antiumulmano.

A violência de género continua a ser uma realidade terrível para demasiadas pessoas na UE e não deve ter lugar nas nossas sociedades. Nos últimos anos, a UE realizou progressos para prevenir essa violência, proteger as vítimas e punir os infratores, em especial com a adoção da diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e a adesão da UE à Convenção de Istambul. A plena aplicação desta diretiva, que exige a criminalização, nomeadamente, do discurso de ódio em linha em razão do género e estabelece medidas de prevenção, proteção e apoio às vítimas e o acesso delas à justiça, será agora fundamental. Apoiarei os Estados-Membros no cumprimento das suas obrigações em matéria de violência de género em geral e do papel do consentimento nas relações sexuais em particular.

No que diz respeito ao crime de violação, lamento que, na diretiva relativa à violência contra as mulheres, não se tenha sido podido chegar a acordo sobre a definição, a nível da UE, de violação com base na falta de consentimento. Os dados empíricos e os atuais casos públicos mostram que as definições baseadas no uso da força ou na ameaça estão desatualizadas e que é necessária uma definição moderna baseada na falta de consentimento. No entanto, antes de proceder a uma revisão da diretiva relativa à violência contra as mulheres, devemos centrarmo-nos, em primeiro lugar, na sua plena e correta aplicação. Dito isto, assistirei o comissário responsável pela Administração Interna e Migração nas negociações sobre a diretiva relativa ao abuso sexual de crianças, em que é incluída uma definição semelhante e em que o apoio do Parlamento será essencial. O reforço da lista de crimes da UE exigiria unanimidade no Conselho, tal como acontece com as propostas relativas ao discurso de ódio e aos crimes de ódio.

Há uma série de medidas a tomar para continuar a combater a ciberviolência. Para além da aplicação da diretiva relativa à violência contra as mulheres, que exige a criminalização das formas mais comuns de ciberviolência (partilha não consensual de imagens íntimas, incluindo falsificações profundas geradas por inteligência artificial, ciberassédio, ciberperseguição e discursos de ódio misóginos na Internet), se a minha indigitação for confirmada, verificarei com as plataformas de média social a viabilidade de criar um código de conduta sobre a ciberviolência contra as mulheres e as raparigas, contribuirei para o plano de ação contra o ciberassédio e para o trabalho realizado pelo comissário responsável pela Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto. Por último, trabalharei em estreita colaboração com o comissário responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito em matéria de segurança na política, uma vez que o ciberassédio, em especial o ciberassédio de género, é uma razão fundamental para as mulheres não entrarem ou permanecerem na política.

11. Estratégias para a igualdade, dados relativos à deficiência e à igualdade

Como tenciona colaborar com outros comissários da UE para assegurar a coerência e a integração noutras políticas da UE de várias estratégias em matéria de igualdade, como a Estratégia LGBTIQ+, a Estratégia da UE para a Igualdade de Género, a Estratégia para a Igualdade e a Inclusão dos Ciganos, o Plano de Ação da UE contra o Racismo e a Estratégia contra o racismo? Prevê novas propostas legislativas aquando da atualização das estratégias de igualdade e de luta contra a discriminação? Como tenciona trabalhar para garantir que a UE continue a ser um espaço seguro e inclusivo para todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de género? Tenciona comprometer-se a utilizar procedimentos de infração céleres em caso de retrocesso? Que medidas tomaria para melhorar a recolha de mais e melhores dados sobre a igualdade? Além disso, que medidas tenciona tomar para assegurar a aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD) nos Estados-Membros e nas instituições da UE? Que medidas tenciona tomar para que a UE adira ao Protocolo Facultativo da CNUDPD?

A integração da igualdade não é um objetivo em si, mas um meio para reforçar os alicerces de uma sociedade justa e próspera e, tirando partido de todo o seu talento, de uma economia mais competitiva e de uma sociedade democrática e segura. É por esta razão que temos de continuar a combinar iniciativas específicas em matéria de igualdade com a integração da igualdade, a fim de alcançar a União da Igualdade mencionada na minha carta de missão.

Em conformidade com a minha carta de missão, se a minha indigitação for confirmada, liderarei os trabalhos sobre a integração da igualdade nas políticas, na legislação e nos programas de financiamento da UE. Utilizarei plenamente o grupo de trabalho para a igualdade, com a sua rede de coordenadores para a igualdade em todas as direções-gerais da Comissão e do Serviço Europeu para a Ação Externa, que abrange todos os domínios de intervenção da UE. Todos os comissários indigitados e vice-presidentes executivos indigitados comprometeram-se a integrar a perspectiva de género. aguardo com expectativa a oportunidade de fazer avançar este forte compromisso através de intercâmbios com os meus colegas sobre a integração da igualdade nas suas pastas, em especial sobre as oportunidades mutuamente vantajosas que surgem quando a igualdade é considerada. Trabalharei com o comissário responsável pelo Orçamento, Luta Antifraude e Administração Pública para analisar a melhor forma de integrar a perspectiva da igualdade nos programas de financiamento. Um exemplo do passado pode servir de inspiração: o projeto-piloto sobre a integração da perspectiva de género no orçamento.

Há que apoiar esta iniciativa com formação e informação em toda a Comissão, centrando-se em domínios como a integração da perspectiva de género, a igualdade das pessoas LGBTIQ ou a integração da deficiência. As avaliações de impacto e as avaliações em todos os domínios de intervenção da UE podem analisar de forma útil a dimensão da igualdade.

Várias estratégias e planos de ação da União da Igualdade estão prestes a terminar no próximo ano. Se a minha indigitação for confirmada, começarei imediatamente a trabalhar na nova Estratégia para a Igualdade de Género, numa Estratégia renovada para a Igualdade de Tratamento das Pessoas LGBTIQ e numa nova Estratégia contra o Racismo. Se a minha indigitação for confirmada, velarei por que a conceção das novas estratégias beneficie de um amplo processo consultivo, com a participação do Parlamento Europeu, dos Estados-Membros, da sociedade civil e de outras partes interessadas. Analisarei se e que medidas são necessárias para colmatar as lacunas ainda existentes ou reforçar o quadro jurídico em vigor, em especial no que diz respeito à igualdade de acesso de homens e mulheres a bens e serviços e ao impacto da nova legislação em matéria de inteligência artificial na não discriminação e na igualdade.

No que diz respeito à segurança das pessoas LGBTIQ, esforçar-me-ei por construir sociedades europeias mais seguras para as pessoas em plena diversidade. Se a minha indigitação for confirmada, irei avaliar cuidadosamente o que foi alcançado e onde subsistem as lacunas, bem como propor medidas específicas para defender os direitos das pessoas LGBTIQ e criar sinergias com as outras estratégias em matéria de igualdade. A Estratégia renovada para a Igualdade de Tratamento das Pessoas LGBTIQ que proporei centrar-se-á, nomeadamente, na proibição da prática da terapia de conversão, no pleno respeito das competências dos Estados-Membros. Existem muitas dimensões políticas em que é necessário ter em conta os interesses específicos das pessoas LGBTIQ, incluindo o assédio, os direitos das crianças e a saúde mental. aguardo com expectativa a oportunidade de fazer avançar estas questões com os comissários responsáveis por estas pastas.

A concretização, a aplicação e o cumprimento das regras em matéria de igualdade e de luta contra a discriminação estarão no cerne do meu trabalho enquanto comissária responsável pela Igualdade, se a minha indigitação for confirmada. Irei debater com os Estados-Membros onde existem deficiências e supervisionarei a correta aplicação da legislação recentemente adotada. O reforço dos organismos de promoção da igualdade dará mais peso às regras da UE em matéria de igualdade e não discriminação a nível nacional. Sempre que necessário e adequado, não hesitarei em propor ao colégio que exerçamos os poderes conferidos à Comissão enquanto guardiã dos Tratados, incluindo o recurso a procedimentos de infração.

Concordo plenamente que precisamos de dados mais exatos e comparáveis para que os decisores políticos e o público possam avaliar a escala e a natureza da discriminação sofrida, bem como de uma base sólida para compreender as tendências. Registaram-se progressos, nomeadamente graças ao trabalho com os Estados-Membros e às estatísticas nacionais. Proporei que a Comissão intensifique ainda mais os seus esforços em matéria de dados relativos à igualdade aquando da renovação das estratégias para a igualdade. Se a minha indigitação for confirmada, durante o meu mandato trabalharei na Comissão, com os Estados-Membros, a Agência dos Direitos Fundamentais da UE e o Instituto Europeu para a Igualdade de Género, as Presidências do Conselho, o Grupo Praia das Nações Unidas, as organizações da sociedade civil e outras partes interessadas no sentido de obter mais e melhores dados sobre a igualdade.

A Comissão está atualmente a elaborar um relatório intercalar que avalia a aplicação da Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030, bem como os desafios que subsistem. A Comissão, enquanto ponto focal da UE no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, está também a preparar o diálogo construtivo sobre a aplicação desta convenção na UE. Estes processos são muito úteis para identificar as lacunas que subsistem e, se necessário, atualizar os objetivos e as ações da estratégia. Nem todos os Estados-Membros aderiram ao Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a proposta de decisão do Conselho relativa à adesão da UE a este protocolo tem estado no Conselho desde 2008. Comprometo-me a assegurar que a Comissão acompanhe de perto os progressos da adesão dos Estados-Membros a este Protocolo Facultativo.

Se a minha indigitação for confirmada, uma das minhas primeiras prioridades será colmatar as lacunas ainda existentes e contribuir para uma Europa sem barreiras para as pessoas com deficiência. Os principais domínios a ter em conta continuarão a ser o emprego, a vida autónoma, a acessibilidade e a integração das questões da deficiência em todos os domínios de intervenção.

Perguntas da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros

12. Quais são os seus principais domínios prioritários e medidas concretas para o próximo Roteiro para os Direitos da Mulher e para a Estratégia renovada da UE para a Igualdade de Género? Como se relacionam com outros documentos estratégicos? Como tenciona assegurar que os direitos das mulheres e a igualdade de género sejam prioritários e devidamente abrangidos pela sua própria pasta e em toda a nova Comissão, como organizará o trabalho e assegurará a cooperação com a comissão da Justiça e a DG JUST? Como tenciona manter e integrar a abordagem intersetorial no seu trabalho no domínio da saúde e educação e do fornecimento de bens e serviços, irá a estratégia incluir um seguimento do compromisso em matéria de saúde e direitos sexuais e reprodutivos e orientações a desenvolver para uma educação abrangente e adaptada à idade em matéria de sexualidade e relacionamento?

O Roteiro para os Direitos da Mulher definirá a nossa visão sobre os direitos das mulheres, encetando um debate com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros. É já evidente que domínios como a violência contra as mulheres e a emancipação económica e política das mulheres têm de continuar a ocupar um lugar de destaque na ordem de trabalhos. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com a vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação e com todos os comissários para assegurar que o roteiro reflete os desafios em matéria de igualdade de género em todos os domínios de intervenção, quer se trate do trabalho, da saúde, da educação, da justiça, da participação política ou do espaço em linha. A combinação das minhas duas pastas também me ajudará a garantir que ninguém seja deixado para trás em tempos de crise. As diferentes crises — saúde, conflitos ou clima — todas têm uma clara dimensão de igualdade e as respostas eficazes às crises devem ter em conta as necessidades dos diferentes grupos de pessoas na sociedade.

Se a minha indigitação for confirmada, proporei ao colégio um roteiro que estabeleça uma ordem de trabalhos de alto nível, que nos oriente no desenvolvimento da nossa Estratégia para a Igualdade de Género pós-2025, que apresente ações concretas para alcançar estes objetivos. A futura estratégia basear-se-á em vários estudos em curso, bem como num amplo processo de consulta pública. Uma prioridade no futuro é a aplicação da legislação da UE adotada nos últimos anos e a garantia de que os novos direitos e o reforço da proteção se tornem uma realidade no terreno. Outra prioridade poderá ser desenvolver uma iniciativa para melhorar a representação das mulheres na política, também associada ao trabalho do comissário responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito, relativa à segurança dos candidatos políticos e dos representantes eleitos. Outras iniciativas poderiam servir para reforçar a independência financeira das mulheres e reduzir as disparidades nas pensões de reforma entre homens e mulheres, bem como para combater os estereótipos de género nocivos, especialmente nos meios de comunicação social e na publicidade. Tenciono também analisar atentamente a discriminação algorítmica, tendo em conta as primeiras experiências com a aplicação do novo Regulamento da Inteligência Artificial. A estratégia poderá também abordar determinadas questões relacionadas com a saúde, nomeadamente os direitos sexuais e reprodutivos, na medida em que sejam da competência da UE. Procurarei assegurar, juntamente com o comissário responsável pelas Parcerias Internacionais, a plena coerência do roteiro e da próxima Estratégia para a Igualdade de Género com a ação externa da UE nestes aspetos. A nova Estratégia para a Igualdade de Género poderá igualmente adotar uma abordagem intersetorial, tendo em conta a posição particularmente vulnerável, por exemplo, das mulheres com deficiência, das mulheres migrantes ou das mulheres LBTIQ, assegurando assim a coerência com outras estratégias da União da Igualdade. Com base na experiência pessoal, sei como é essencial adotar uma abordagem intersetorial para uma ação política eficaz em matéria de igualdade.

Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com o comissário responsável pela Saúde, Bem-Estar Animal para combater a discriminação no domínio da saúde. O Programa EU4Health tem sido fundamental para combater as desigualdades na prevenção de doenças, na preparação para situações de crise e na prestação de cuidados de saúde. No âmbito do Plano Europeu de Luta contra o Cancro, o registo europeu das desigualdades no domínio do cancro documentou as desigualdades relacionadas com a idade, o género, o nível de educação e de rendimento e as disparidades na prevenção e nos cuidados oncológicos entre as zonas urbanas e rurais no domínio do cancro.

Dada a interligação das nossas políticas respetivas, trabalharei em estreita colaboração com o comissário responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito, a fim de assegurar que a perspetiva da igualdade seja devidamente integrada em todas as políticas sob a sua responsabilidade.

Tenciono igualmente trabalhar em estreita colaboração com a vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação e o comissário responsável pela Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto para abordar questões como a discriminação, o assédio e os estereótipos na educação. Embora respeitando a competência dos Estados-Membros para decidir sobre o conteúdo da educação, na minha opinião, a promoção de uma educação sexual abrangente, em conformidade com as diretrizes da UNESCO e as normas internacionais, é um fator crítico de sucesso na prevenção da violência baseada no género e na melhoria da saúde e do bem-estar dos jovens.

Remete-se igualmente os senhores deputados para as respostas à pergunta n.º 10.

13. As disparidades salariais entre homens e mulheres persistem até hoje e, combinadas com outros desafios estruturais à participação das mulheres no emprego, contribuem para um fosso igualmente preocupante em matéria de pensões. Que medidas concretas tenciona tomar para combater as disparidades salariais entre homens e mulheres e reduzir a discriminação salarial, em especial em setores dominados por mulheres, como a prestação de cuidados, e quais são os seus planos para enfrentar e eliminar os desafios, nomeadamente a falta de equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar e um apoio e um quadro jurídico suficientes para as responsabilidades de prestação de cuidados com que se deparam as mulheres, como as mães, que contribuem para uma menor participação das mulheres no emprego e nos setores com salários mais elevados? Como tenciona prestar especial atenção às mulheres em situações precárias ou em condições de vulnerabilidade, como as mulheres sem-abrigo, ou ao acesso das mulheres em zonas rurais ou remotas a serviços e infraestruturas essenciais?

A desigualdade de género não é apenas uma injustiça, é também um enorme obstáculo económico com um impacto negativo a longo prazo na nossa competitividade. Embora as disparidades salariais entre homens e mulheres na UE tenham diminuído ligeiramente, passando de 13,7 % em 2019 para 12,7 % em 2022, continuam a ser demasiado elevadas na maioria dos Estados-Membros. Em resultado das dificuldades que as mulheres enfrentam durante a sua vida ativa, a disparidade de género nas pensões ainda era de 25,4 % a nível da UE em 2023.

As medidas de transparência salarial estabelecidas na diretiva recentemente adotada e o reforço da aplicação do direito à igualdade de remuneração serão um verdadeiro fator de mudança para as mulheres na Europa. Estas medidas permitirão aos trabalhadores reivindicar os seus direitos, dando-lhes acesso às informações de que necessitam. As novas regras desencadearão igualmente medidas por parte das empresas para combater a discriminação estrutural ou o preconceito salarial, caso exista.

Os Estados-Membros dispõem de um prazo até junho de 2026 para transpor a diretiva para o direito nacional. Se a minha indigitação for confirmada, gostaria que a Comissão envidasse um esforço concertado para apoiar a correta transposição da diretiva nos Estados-Membros e, em seguida, a sua plena aplicação na prática, evitando simultaneamente encargos administrativos excessivos para os empregadores. Podemos fazê-lo organizando seminários de execução e intercâmbios de aprendizagem mútua para facilitar a partilha de boas práticas e organizando reuniões com os Estados-Membros que têm questões sobre a interpretação da lei. Trabalharei em orientações, por exemplo sobre a forma de estabelecer trabalho de igual valor e sobre a discriminação intersectorial no direito. O financiamento da UE apoia as autoridades nacionais no desenvolvimento de ferramentas digitais para facilitar a aplicação das novas regras.

Para além de procurar resolver as disparidades salariais, continuarei a esforçar-me por colmatar as disparidades entre homens e mulheres no emprego. Uma medida importante neste sentido consiste na aplicação da diretiva relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar. Esta diretiva visa facilitar uma melhor partilha das

responsabilidades de prestação de cuidados, a fim de criar condições para que as mulheres entrem ou permaneçam no mercado de trabalho, em especial quando existem filhos ou pessoas idosas na família a cuidar. Para o efeito, prevê licenças familiares e regimes de trabalho flexíveis de uma forma que torna estas medidas mais atrativas e, por conseguinte, deve aumentar a adesão dos homens.

As novas regras tinham de ser implementadas até agosto de 2022. Tenciono agora acompanhar de perto se as legislações nacionais cumprem os requisitos da diretiva, em especial as suas disposições em matéria de licença parental e/ou de compensação. Como primeiro passo, tenciono encetar um diálogo com os Estados-Membros em causa para tentar colmatar algumas das lacunas e promover o apoio financeiro disponível.

Por último, no que diz respeito ao combate à «disparidade de género no plano da prestação de cuidados», a Estratégia renovada para a Igualdade de Género constituirá uma oportunidade para apresentar novas medidas destinadas a reforçar os direitos das mulheres e a igualdade, em toda a UE e nas instituições da UE.

No que diz respeito às mulheres em situações precárias ou em condições de vulnerabilidade, estou firmemente convicto de que as medidas da Comissão devem ter em conta as necessidades específicas dessas mulheres. Por exemplo, as mulheres constituem frequentemente a maior parte dos chamados «sem-abrigo escondidos» que não têm residência permanente. Trabalharei com a vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação e com o comissário responsável pela Energia e Habitação para assegurar que a primeira Estratégia da UE de Combate à Pobreza esteja também relacionada com os desafios em matéria de igualdade, em especial a igualdade de género. Para fazer face à situação dos mais vulneráveis, incluindo os sem-abrigo, é fundamental abordar as causas profundas da pobreza, colocando a tónica nos rendimentos insuficientes e nas disparidades no acesso ao mercado de trabalho e aos serviços sociais e essenciais.

Se a minha indignação for confirmada, tenciono igualmente intensificar os esforços para promover a igualdade das mulheres nas zonas rurais e remotas. Apesar do seu enorme contributo, essas mulheres muitas vezes enfrentam desigualdades no acesso aos recursos, à educação e ao poder de decisão. Cooperarei com o Comissário responsável pela Agricultura e Setor Alimentar para garantir que aproveitaremos os resultados das nossas políticas e o financiamento disponível para apoiar as mulheres nas zonas rurais e remotas, incluindo a PAC 2023-2027, que inclui uma referência específica à necessidade de melhorar a situação das mulheres que vivem nessas zonas. Os serviços essenciais e sociais são os principais facilitadores da inclusão social das mulheres que vivem em zonas rurais e remotas. Velarei por que o financiamento da UE continue a investir na prestação desses serviços nestes domínios em benefício das mulheres.

14. A violência baseada no género é um flagelo que afeta todas as mulheres na UE em casa, no trabalho ou nas ruas. Como tenciona assegurar a plena aplicação da Diretiva relativa à violência contra as mulheres e a violência doméstica e da Convenção de Istambul em toda a UE? A violência sexual e o ciberassédio são mencionados na diretiva, mas são necessários mais esforços. Que medidas incluirão o próximo plano de ação sobre o ciberassédio para garantir que os espaços digitais são seguros contra o assédio em linha, o discurso de ódio e os abusos em linha? E irá combater as imagens utilizadas para degradar as mulheres e manchar a sua reputação, incluindo as imagens geradas pela IA, através da partilha e circulação de conteúdos como falsificações profundas ou os abusos sexuais baseados em imagens? Como alcançar este objetivo, nomeadamente através da prevenção por parte das empresas tecnológicas? Terá como prioridade a elaboração de orientações para os Estados-Membros sobre a criação de campanhas de sensibilização sobre o papel do consentimento nas relações sexuais em todos os Estados-Membros, bem como sobre a educação sexual, e tenciona apresentar propostas ou iniciativas legislativas sobre a criminalização da violação através de uma definição baseada no consentimento? Tenciona trabalhar em novas propostas específicas para combater a violência baseada no género, incluindo a apresentação de uma proposta de decisão do Conselho para alargar a atual lista dos chamados «crimes reconhecidos pela UE» e identificar a violência baseada no género como um novo domínio de criminalidade enumerado no artigo 83.º, n.º 1, do TFUE, tal como solicitado pelo Parlamento?

O fim da violência e dos estereótipos é um dos pilares fundamentais da Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025. Sinto orgulho por a UE ter adotado, em maio passado, a inovadora diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica. Temos agora de garantir que a nova legislação se torne uma realidade no terreno até à data de transposição, em junho de 2027. Apoiarei os Estados-Membros na aplicação atempada e correta da diretiva. Ao mesmo tempo, a diretiva contribui para a execução das obrigações da União Europeia decorrentes da Convenção de Istambul no domínio da cooperação judiciária em matéria penal nos Estados-Membros, incluindo os que não ratificaram a convenção.

Além disso, a Convenção de Istambul deve também ser aplicada no que diz respeito à administração pública da UE. Cada instituição, agência, delegação e organismo terá de dispor de um conjunto de medidas, incluindo políticas e quadros sólidos de luta contra o assédio. Em cooperação com o comissário responsável pelo Orçamento, Luta Antifraude e Administração Pública, reforçarei a coordenação com todas as instituições da UE, incluindo o Parlamento Europeu, a fim de assegurar que as nossas administrações públicas cumprem os requisitos e proceder ao intercâmbio de boas práticas.

Já em 2015, um inquérito da Agência dos Direitos Fundamentais concluiu que uma em cada dez mulheres na UE declarou ter sido vítima de ciberassédio sob a forma de mensagens de correio eletrónico ou mensagens de texto indesejadas sexualmente explícitas ou de avanços inadequados nos média sociais. Desde então, a magnitude deste perigo tem vindo a aumentar. O assédio em linha afeta particularmente as mulheres ativas na vida pública, o que pode ter o efeito de as silenciar, prejudicar a sua participação social e comprometer o princípio da democracia.

As imagens degradantes na Internet e geradas por inteligência artificial são uma manifestação recente do problema mais estrutural da violência contra as mulheres. Já dispomos de instrumentos que temos de explorar ao máximo. A diretiva relativa à violência contra as mulheres criminaliza a partilha não consensual de material íntimo ou manipulado, assegura que as vítimas recebem o apoio necessário e facilita o acesso delas à justiça. O Regulamento Serviços Digitais contém igualmente regras rigorosas para combater a violência de género na Internet, nomeadamente mediante a inclusão de mecanismos de sinalização claros e da nomeação de sinalizadores de confiança com conhecimentos especializados sobre estas questões. O Regulamento Serviços Digitais exige que os fornecedores de plataformas em linha de muito grande dimensão e de motores de pesquisa de muito grande dimensão realizem uma avaliação dos riscos e, caso identifiquem riscos relacionados com a violência de género, mitiguem esses riscos de forma eficaz. A Comissão já tomou medidas de investigação em relação a várias entidades designadas sobre os riscos decorrentes da inteligência artificial generativa e trabalha em estreita colaboração com os peritos do Centro Europeu para a Transparência dos Algoritmos para resolver o problema dos conteúdos gerados por inteligência artificial, como falsificações profundas ou abuso sexual com base em imagens.

O Regulamento Inteligência Artificial introduz regras aplicáveis à inteligência artificial generativa, nomeadamente para rotular as «falsificações profundas» e incorporar soluções técnicas que permitam a deteção de resultados gerados por inteligência artificial. Tal permitirá efetivamente aos prestadores de serviços em linha identificar esses conteúdos e tomar as medidas necessárias, por exemplo, eliminando quaisquer conteúdos que representem falsamente as mulheres despidas. Além disso, o Regulamento Inteligência Artificial proíbe a inteligência artificial que utilize esses conteúdos enganadores para manipular pessoas e causar danos. A violação destas regras pode resultar na aplicação de coimas significativas. A Comissão está a trabalhar em orientações práticas para assegurar uma aplicação rápida e coerente das disposições do Regulamento Inteligência Artificial relativas a estas proibições, que passariam a ser aplicáveis a partir de fevereiro de 2025.

Tal como anunciado na Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025, se a minha indignação for confirmada, ajudarei a criar um quadro voluntário para reunir plataformas em linha e outras partes interessadas, a fim de proteger melhor as mulheres na Internet. Tenciono começar a trabalhar com as plataformas de média social sobre a ciberviolência contra as mulheres e as raparigas. Estas medidas, tomadas em conjunto, assegurarão que a ciberviolência de género seja combatida de forma eficaz em toda a UE, que as vítimas se sintam confiantes de que a lei as protege eficazmente e que a ciberviolência ilegal não fique impune.

Se a minha indignação for confirmada, prestarei todo o apoio ao vice-presidente executivo responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia para que se envie uma mensagem forte sobre a plena aplicação desta legislação e se assegure que as orientações ao abrigo do Regulamento Inteligência Artificial tenham em conta os potenciais danos causados pelas imagens geradas por inteligência artificial utilizadas para degradar as mulheres e prejudicar a sua reputação, para que se possa combater eficazmente o ciberassédio, os discursos ilegais de incitação ao ódio e a violência de género.

Nos últimos anos, assistimos também a uma escalada do ciberassédio. Se a minha indignação for confirmada, apoiarei o trabalho do comissário responsável pela Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto para juntar esta vertente de trabalho e as vertentes em matéria de igualdade.

Por último, no que diz respeito a um novo eurocrime sobre a violência de género, remete-se os senhores deputados para as respostas à pergunta n.º 10.

Pergunta da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

15. Na qualidade de comissária indigitada para a Igualdade, como tenciona integrar as preocupações em matéria de igualdade em todos os domínios de intervenção pertinentes e assegurar uma abordagem coesa e inclusiva, por exemplo entre as várias estratégias de igualdade no seu domínio de responsabilidade e a nova estratégia de luta contra a pobreza, o Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e o novo Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis? No que respeita à nova Estratégia para a Igualdade de Género, que medidas prevê para colmatar as disparidades salariais e de pensões entre homens e mulheres? Que medidas legislativas prevê para reforçar a posição das mulheres no local de trabalho e, em especial, para fazer face às muitas desvantagens com que se deparam as mulheres através da «pena de maternidade», tal como referido pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE)? Como irá a estratégia abordar a questão da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e cuidadores, em especial no que respeita à prestação de serviços de acolhimento de crianças na primeira infância, a fim de facilitar o regresso das mulheres ao mercado de trabalho?

Compromete-se a atualizar a atual Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com novas iniciativas emblemáticas para 2025-2030 e em que domínios prioritários se concentraria para os próximos anos? Como tenciona assegurar a correta aplicação da legislação, como o cartão europeu de deficiência e o cartão europeu de estacionamento, a fim de salvaguardar os direitos das pessoas com deficiência? Em consonância com as obrigações da UE e dos Estados-Membros ao abrigo da CNUDPD, que outras ações da UE prevê para melhorar a situação social e económica das pessoas com deficiência, em especial para eliminar os obstáculos à sua liberdade de circulação e à sua capacidade de residir e trabalhar em diferentes Estados-Membros da UE?

Se a minha indigitação para a pasta da Igualdade for confirmada, velarei por que a igualdade e a luta contra a discriminação sejam tidas em conta em todas as políticas através do trabalho do Grupo de Missão para a Igualdade e de estreitos contactos com os meus colegas. Trabalharei no sentido de melhorar os dados relativos à igualdade, a fim de sustentar a base factual para dar resposta às necessidades e preocupações dos diferentes grupos em matéria de igualdade. Promoverei a transparência na contabilização dos progressos rumo a uma União da Igualdade em geral. Reforçarei o diálogo com os intervenientes a nível nacional, regional e local, colaborando com as pessoas afetadas. Em todas as estratégias pertinentes, atuarei no sentido de identificar, incluir e propor medidas para as pessoas vítimas de discriminação, por exemplo, comunidades marginalizadas, como os ciganos, as pessoas com deficiência, os idosos e as mães solteiras. É em conjunto que promoveremos a União da Igualdade.

Trabalharei em estreita colaboração com a vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação, que apresentará um novo plano de ação para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, bem como uma Estratégia da UE de Combate à Pobreza, e com o comissário responsável pela Energia e Habitação, que apresentará o primeiro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis.

Embora as ações no âmbito da próxima Estratégia para a Igualdade de Género dependam dos resultados dos estudos em curso e de um amplo processo de consulta pública, é já evidente que necessitaremos de mais medidas para colmatar as disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Expliquei a minha posição sobre as disparidades salariais e de pensões entre homens e mulheres em resposta à pergunta n.º 13.

A «penalização remuneratória associada à maternidade» é simplesmente injusta. Baseia-se no preconceito e na discriminação que as mães tendem a enfrentar pelos seus empregadores. Para fazer frente a este problema, continuarei a combater os estereótipos de género nocivos e a trabalhar com os organismos de promoção da igualdade e as inspeções do trabalho para impedir a discriminação das mães no local de trabalho, mas também a discriminação dos pais que pretendam gozar uma licença para assistência à família. Dispomos de um quadro jurídico sólido, cuja aplicação efetiva em todos os Estados-Membros analisarei de forma mais aprofundada. Para combater a divisão desigual do trabalho não remunerado e a questão dos cuidados, velarei por que os Estados-Membros apliquem plena e eficazmente a diretiva relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e deem seguimento à recomendação sobre educação e acolhimento na primeira infância. Trabalharei com a vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação para incentivar os Estados-Membros a melhorarem a disponibilidade e a qualidade dos serviços de prestação de cuidados (também para os cuidados de longa duração), nomeadamente através de financiamento da UE.

Como referido na resposta à pergunta n.º 13, tenciono tirar partido das iniciativas lançadas pelo colégio atual e continuar a aprofundá-las, a fim de colmatar as lacunas ainda existentes e contribuir para uma Europa sem barreiras para as pessoas com deficiência. Aqui se incluem as atividades relativas à aplicação da Convenção das Nações

Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. As principais prioridades continuarão a ser o emprego, a vida autónoma, a acessibilidade e a integração das questões da deficiência em todos os domínios de intervenção.

Tenciono tomar medidas decisivas para apoiar a correta aplicação das novas diretivas relativas ao cartão europeu de deficiência e ao cartão europeu de estacionamento. Trabalharei com os Estados-Membros para apoiar os seus esforços ao longo do processo de transposição nos próximos dois anos e meio. Assegurar-me-ei igualmente da elaboração dos atos delegados e de execução para completar o quadro jurídico e permitir a introdução dos cartões a nível nacional e, em especial, um ato delegado que estabeleça as funcionalidades digitais dos cartões físicos, a adotar no prazo de um ano a contar da entrada em vigor da diretiva.

Pergunta da Subcomissão da Saúde Pública

16. Uma das suas tarefas é desenvolver uma nova estratégia de apoio a contramedidas médicas contra ameaças à saúde pública. Neste contexto, a falta de autonomia estratégica europeia e a atual dependência excessiva das importações de princípios ativos farmacêuticos desempenham um papel crucial. É essencial estabelecer um mecanismo sólido que apoie a produção de princípios ativos farmacêuticos e de medicamentos acabados acessíveis e a preços comportáveis para os doentes na Europa. Isto é essencial para o caso de enfrentarmos uma nova pandemia, como é também de extrema importância para a área do desenvolvimento da prevenção e do tratamento de doenças na Europa em geral, tanto as comuns como as raras. Pode descrever a sua estratégia para melhorar a preparação para os desafios no domínio da saúde neste contexto, tendo igualmente em conta a solidariedade mundial? Queira abordar na sua resposta, em particular, as infraestruturas de cooperação dentro e fora da União, a forma de alcançar um mecanismo sólido para a produção, o desenvolvimento e a disponibilidade de medicamentos e ingredientes críticos, o modo de reduzir a dependência da UE em relação a prestadores estrangeiros e de assegurar o financiamento da política de saúde pública, nomeadamente através do programa de saúde da UE?

Se a minha indigitação for confirmada, darei grande ênfase à cooperação internacional, juntamente com o comissário responsável pelas Parcerias Internacionais e o comissário responsável pela Saúde, Bem-Estar Animal, uma vez que as crises sanitárias mundiais exigem cooperação e solidariedade a nível mundial.

A Comissão já atua neste espírito e coopera estreitamente com os parceiros internacionais e os países terceiros. Estas parcerias foram testadas este verão, quando o continente africano assistiu ao surto de uma variante mais grave da varíola M, que se propagou por vários países e causou mortes entre os grupos mais vulneráveis. Com base na cooperação desenvolvida nos últimos anos, fomos os primeiros a entregar vacinas no terreno na República Democrática do Congo, duas semanas após a Organização Mundial da Saúde ter emitido a declaração de emergência de saúde pública de âmbito internacional, o que permitiu que as campanhas de vacinação se tivessem iniciado imediatamente a seguir. Tal não teria sido possível sem as relações de confiança estabelecidas desde a pandemia de COVID-19 e o quadro reforçado para as ameaças transfronteiriças para a saúde, nomeadamente a criação da HERA. Nessa campanha, a Comissão teve igualmente em conta e apoiou a partilha de vacinas doadas pelos Estados-Membros. Graças à abordagem «Equipa Europa», somos hoje um parceiro de primeiro plano na resposta ao surto.

Se a minha indigitação for confirmada, apoiarei a atuação do comissário responsável pela Saúde, Bem-Estar Animal relativamente ao acordo previsto sobre pandemias, o qual deverá melhorar a prevenção, a preparação e a resposta a futuras pandemias a nível mundial, bem como o comissário responsável pelas Parcerias Internacionais, a fim de reforçar a Estratégia Global Gateway. Os investimentos não devem centrar-se apenas na União Europeia, mas também ajudar os nossos parceiros mundiais a desenvolver as suas próprias capacidades de produção resilientes. As iniciativas existentes, como a iniciativa emblemática da Equipa Europa em matéria de produção e acesso a vacinas, medicamentos e tecnologias da saúde em África, serão prosseguidas e servirão de modelo útil para reforçar as capacidades nos países de baixo e médio rendimento.

Ao mesmo tempo, a fim de apoiar a contratação e as doações, é necessário que estejam disponíveis contramedidas médicas. Conforme demonstrado pela pandemia de COVID-19, a falta de capacidades de reserva para a produção e o abastecimento, a complexidade das cadeias de valor mundiais para a produção e distribuição de produtos farmacêuticos e a falta de diversificação das fontes dependentes de países terceiros podem resultar rapidamente na escassez de contramedidas médicas essenciais. Por conseguinte, considero que a União Europeia deve continuar a investir em ser mais autónoma no que diz respeito à produção de contramedidas médicas críticas. Se a minha indigitação for confirmada, apoiarei o trabalho do comissário responsável pela Saúde, Bem-Estar Animal na elaboração de um ato legislativo relativo aos medicamentos críticos, com o objetivo de reforçar a resiliência das

nossas cadeias de abastecimento e reduzir a dependência de países terceiros no que diz respeito a esses medicamentos e respetivos ingredientes.

A nova Estratégia de Contraceptivos Médicos que a presidente eleita me encarregou de apresentar deverá abranger terapêuticas, vacinas, diagnósticos, dispositivos médicos e equipamento de proteção. Propõe uma abordagem integrada, desde a avaliação das ameaças ao apoio à investigação e ao desenvolvimento de novos protótipos e produtos, ao aumento da produção em tempos de crise e ao mecanismo de constituição de reservas desses produtos críticos. No âmbito do trabalho de preparação para as ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares e com base numa estratégia de constituição de reservas mais ampla, haverá um aproveitamento de instrumentos como a contratação conjunta e a constituição de reservas.

Essa estratégia só pode produzir impactos no terreno se seguir uma abordagem coordenada, um conjunto melhorado de instrumentos políticos pertinentes da UE. Contarei com o apoio do Parlamento Europeu e do Conselho para a aplicação da estratégia.